

INSTRUÇÃO

GR.IT.034 PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS EM INTERVENÇÕES DA IP QUE AFETEM A INFRAESTRUTURA DE TELECOMUNICAÇÕES E DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO



Aplicação:
IP

CICLO DE PRODUÇÃO DO DOCUMENTO

ELABORAÇÃO	SUPERVISÃO	APROVAÇÃO
DDO com IPT, DAT, DRF, DEM, DRR	DDO	IPT, DAT, DRF, DRR, DEM, DCO 2018-07-03



ÍNDICE

	Pág.
1. INTRODUÇÃO	4
2. OBJETIVO	4
3. ÂMBITO	4
4. SIGLAS E DEFINIÇÕES	5
4.1. Siglas	5
4.2. Definições	5
5. RESPONSABILIDADE	6
6. METODOLOGIA	6
6.1. Fase Projeto	7
6.2. Fase contratual da empreitada	8
6.3. Fase execução do contrato de empreitada /obra	9
6.4. Fase fecho da empreitada /obra	9
6.5. Fase de período de garantia.....	10
6.6. Comunicação.....	11
6.7. Fase fiscalização/inspeção da rede ou conservação/ manutenção.....	11
6.8. Procedimentos particulares para o CTR.....	11
6.8.1. Intervenção a pedido da IPT	11
6.8.2. Fiscalização de obras a processos de autorização de construção de infraestruturas de CTR, período de garantia e vistorias provisórias e definitivas 12	
6.8.3. Atuação de construção de CTR por parte de operadores em fase de autorização.....	12
6.9. Procedimentos particulares para o CTR – PPP rodoviárias	12
Anexo A – Normas para execução do cadastro de telecomunicações	14



Registo e controlo das alterações

VERSÃO	DATA	DESCRIÇÃO DA MODIFICAÇÃO	PÁGINAS
V.00	2018-07-03	Aprovação da versão inicial	Todas

Documentos revogados

Este documento não revoga outros documentos normativos.

Documentos de referência

Contrato de Subconcessão da Exploração e Gestão da Infraestrutura de Telecomunicações e Tecnologias de Informação da Infraestruturas de Portugal, S.A. (IP, S.A.) (DMS 006-1813077)

Documentos associados

Não aplicável

Referência SAP/DMS

224 – 10002011679

Distribuição

Grupo IP



1. INTRODUÇÃO

A IP é a entidade administradora do Canal Técnico Rodoviário (CTR) e Fibras Óticas (FO), e, no âmbito da prestação do serviço público de gestão da infraestrutura integrante da rede rodoviária e ferroviária nacional, a IP possui uma infraestrutura de telecomunicações.

A IP subconcessionou à IPT Telecom a exploração de ambas as infraestruturas.

As intervenções nas redes ferroviária e rodoviária ocorrem, com frequência, em locais onde, no subsolo, existe este tipo de infraestruturas, devendo envolver procedimentos preventivos e medidas mitigadoras do risco de danos nas mesmas. Por outro lado, no âmbito do investimento, surgem oportunidades de desenvolvimento destes ativos, quer de modernização/renovação quer de ampliação.

2. OBJETIVO

Clarificar os procedimentos e responsabilidades para garantir a salvaguarda ou o desenvolvimento da infraestrutura de telecomunicações e de tecnologias de informação, no quadro das intervenções na rede.

3. ÂMBITO

Aplica-se às intervenções da IP¹ que impactem com a rede de telecomunicações e de tecnologias de informação, nomeadamente:

- a) Condutas de alojamento de rede de telecomunicações e Fibras Óticas instalados no domínio público ferroviário;
- b) Canal Técnico Rodoviário e rede de cabo de fibra ótica instalada em domínio público rodoviário.

¹ Esta IT foca-se nas intervenções de manutenção/conservação e nos investimentos que incidem sobre as redes rodoviária e ferroviária, com impacto, quer em risco ou oportunidade na rede de telecomunicações. Não pretende, pois, regular os investimentos que têm por objetivo específico a própria rede de telecomunicações que, nos termos do Contrato de Subconcessão, podem acontecer decididos e executados pela IP ou pela IP Telecom, com tratamentos distintos.



4. SIGLAS E DEFINIÇÕES

4.1. Siglas

Da Organização

IP Infraestruturas de Portugal, SA

IPT IP Telecom, SA

DAT Direção de Acessibilidade, Telemática e ITS

DCO Direção de Concessões

DDO Direção de Desenvolvimento Organizacional

DEA Direção de Engenharia e Ambiente

DEM Direção de Empreendimentos

DRF Direção da Rede Ferroviária

DRR Direção da Rede Rodoviária

Outras siglas:

CTR Canal Técnico Rodoviário

ITTI Infraestrutura de Telecomunicações e Tecnologias de Informação

FO Fibra ótica

CIT Contrato de instalação de Terceiros

4.2. Definições

Para efeitos do presente procedimento aplicam-se os seguintes termos e definições:

TERMO	DEFINIÇÃO
BILC - Boletim de Identificação e Localização de Cabos	Documento que resume a informação sobre a identificação e localização de cabos numa zona de intervenção na plataforma de via, onde se desenvolvem trabalhos com impacto no caminho de cabos e rede FO, servindo o propósito de garantir que esta infraestrutura não é danificada no decurso da obra.
Canal Técnico Rodoviário	Infraestrutura de alojamento, que não seja propriedade privada, instalada no subsolo da zona da estrada, em obras de arte ou de túneis, constituída por rede de tubagens, condutas, câmaras de visita, dispositivos e respetivos acessórios destinados à instalação de cabos de comunicações eletrónicas, equipamentos ou quaisquer recursos de redes de comunicações, bem como



TERMO	DEFINIÇÃO
	dispositivos de derivação, juntas ou outros equipamentos necessários à transmissão de comunicações eletrônicas naquelas redes.
Infraestrutura de Telecomunicações e Tecnologias de Informação (ITTI)	Conjunto de ativos constituído por infraestrutura apta ao alojamento de redes de comunicações eletrônicas e equipamentos de transmissão, transporte e receção de sinais digitais ou analógicos, incluindo tubagens, caixas de visita, condutas, cabos de telecomunicações, postes, equipamentos, redes de cabo de fibra ótica, centrais telefónicas, sistemas conexos e de suporte, centros de processamento de dados e equipamentos informáticos de suporte ao ambiente que integram o domínio público rodoviário e ferroviário,
Rede de cabo de fibra ótica	Conjunto de cabos óticos de telecomunicações e dispositivos acessórios (de ligação e distribuição e terminais) interligados;
Sala Técnica	Espaço apto ao alojamento de equipamentos de telecomunicações e estabelecimento de interligações, que permita a permanência de pessoas, e com existência de condições ambientais e de energia fornecida de forma interrupta, adequadas ao bom funcionamento dos mesmos.

5. RESPONSABILIDADE

MATRIZ DE RESPONSABILIDADE	
ENTIDADE / INTERVENIENTE	RESPONSABILIDADE
UO promotora (DRF, DRR, DEM e DAT)	Gere o investimento ou a manutenção/conservação e garante o envolvimento da DAT e/ou IPT nas fases e para os efeitos previstos nesta IT.
DAT	Participa nas especificações técnicas (fase projeto) e envolve a IPT se a intervenção tiver impacto na rede de telecomunicações.
IPT	Disponibiliza cadastro, com informação georreferenciada, das infraestruturas de telecomunicações subconcessionadas e acompanha as intervenções que tenham impacto com estas (nos termos desta IT).
DEA e DEM	Garantem o envolvimento da DAT na fase de projeto e gestão do empreendimento, respetivamente.

6. METODOLOGIA

Princípio geral: a rede de fibra ótica e os cabos de telecomunicações dos operadores existentes no interior das condutas de CTR ou instalada em domínio público ferroviário, devem ser tratados como “serviço afetado” no quadro das intervenções nas redes rodoviária e ferroviária².

² A construção de infraestruturas de CTR não deverá ser considerado como um serviço afetado e deve ter



6.1. Fase Projeto

UO promotora:

- a) Garante o envolvimento da DAT para verificar se a intervenção tem impacto na ITTI, que por sua vez alerta o potencial risco à IPT e, se aplicável, envolve-a na análise da potencial oportunidade do investimento (ex. ampliação ou renovação).

DEA:

- b) Garante o envolvimento da DAT nas especificações técnicas inseridas no projeto (a qual continua a garantir o envolvimento da IPT)³.

Nota 1: o envolvimento ocorre na elaboração das especificações técnicas de Telemática a considerar no âmbito do desenvolvimento de estudos preliminares, estudos prévios e projetos de execução.

Nota 2: na ausência de projeto, o envolvimento é feito para a elaboração das Notas Técnicas ou para disponibilização do cadastro de ITTI a incluir no Caderno de Encargos.

Nota 3: novos ativos de ITTI, a DAT deverá informar a IP Telecom para que esta possa fazer um primeiro enquadramento de potencial comercial no mercado (geração imediata de oportunidade futura), pese embora os novos ativos ainda não estejam integrados no contrato de subconcessão. Do ponto de vista técnico, a DAT dirimirá uma primeira versão da proposta de projeto a ser apresentada, dirimindo quaisquer dúvidas que possam existir e que garantam uma plena receção das ITTI pela IPT posteriormente.

um clausulado próprio e imutável. Os serviços afetados a considerar dizem respeito a cabos de telecomunicações dos operadores existentes no interior das condutas de **CTR**. A **IPT**, em articulação com a IP, promoverá a revisão e adaptação das cláusulas e instruções técnicas a incluir nas novas instalações/renovações de **CTR**.

³ A DRR considera como aprovados os Projetos de Sinalização Temporária que estejam baseados nos esquemas dos Manuais de Sinalização Temporária da ex.-J.A.E. que a IPT venha por si a realizar ou a autorizar a terceiros, desde que sejam comunicados atempadamente à DRR/COs. A responsabilidade pela implementação/ materialização é da empresa executante. A fiscalização dos trabalhos reserva-se o direito de poder alterar ou ajustar o Projeto de Sinalização Temporária, caso se venha a verificar necessidade para tal



Nota 4: intervenção em ativos de ITTI existentes e subconcessionados - a DAT deve envolver IPT se o projeto/obra colidir, ameaçar ou alterar as infraestruturas existentes e no âmbito da subconcessão, porquanto pode ter impacto no negócio daquela Participada.

Nota 5: nos estudos e projetos a serem desenvolvidos as UO devem providenciar que sejam identificados e quantificados (MQT) os trabalhos provisórios e definitivos a serem realizados com as infraestruturas existentes de ITTI, de modo a permitir que os trabalhos das empreitadas, sejam realizados sem limitações e as infraestruturas existentes não sejam danificadas aquando da execução dos mesmos.

6.2. Fase contratual da empreitada

UO promotora/DCL/contratação:

- a) Acautelar que as minutas em vigor para contratação de empreitadas acautelam cláusula de imputação da responsabilidade ao empreiteiro por danos na rede de ITTI.

Nota 6: está previsto no Contrato de Subconcessão: que “a IP ressarcirá a IP Telecom por eventuais danos e custos que resultem de intervenções nas ITTI objeto da subconcessão causadas por iniciativa da IP ou em resultado da intervenção de terceiros a seu pedido”.

UO promotora:

- b) Dar conhecimento à IPT das obras adjudicadas;
- c) (novas ITTI/CTR/FO): Disponibilizar, prévia e atempadamente, toda a informação necessária de modo a permitir à IPT cadastrar na sua plataforma, e no caso de CTR poder inserir no SIIA da ANACOM os anúncios de construção de novas condutas e outras infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações eletrónicas⁴.

⁴ Caso se trate de projetos rodoviários, será DEA a remeter a informação à IPT.



IPT:

- d) Disponibilizar cadastro existente dos bens subconcessionados da rede ITTI na zona de intervenção à UO promotora.

6.3. Fase execução do contrato de empreitada /obra

UO promotora:

- e) Enviar plano de trabalhos da obra à IPT (info.cadastro@iptelecom.pt)
- f) (Empreendimentos) Convocar IPT para acompanhamento da elaboração pelo empreiteiro do BILC no início da empreitada (ou de cada uma das fases da empreitada que interfira com os mesmos);
- g) (Restantes investimentos e Manutenção/Conservação) Garantir que o empreiteiro dispõe do cadastro de ITTI do local.
- h) Convocar IPT para participar na reunião de *kick-off* da obra.
- i) Solicitar a aprovação por parte da IPT dos materiais relativos aos cabos FO e aos materiais e equipamentos a serem utilizados nas soluções provisórias identificadas nas especificações técnicas do projeto de execução e as aís previstas no Caderno de Encargos.
- j) Solicitar à IPT o acompanhamento da obra;
- k) Dar imediato conhecimento à IPT de eventuais incidentes que causem dano ou aumentem o risco deste sobre as ITTI, de forma a garantir um grau de risco mínimo de ocorrências nos bens concessionados

IPT:

Acompanhar a obra, de forma a garantir um grau de risco mínimo de ocorrências nos bens concessionados.

6.4. Fase fecho da empreitada /obra

UO promotora:

- l) (novas ou alteração de ITTI): Disponibilizar as telas finais em suporte informático das empreitadas após validação pela Fiscalização, sempre que disponíveis, a validar pela IPT, para a atualização do cadastro com informação completa e georreferenciada das infraestruturas aptas ao alojamento de redes de



comunicações eletrónicas.

- m) Contactar a IPT, sempre que no âmbito das empreitadas estiverem incluídas intervenções ao nível da infraestrutura ITTI subconcessionada, para proceder à integração de colaboradores no âmbito das Comissões de Receção Provisória a esta referentes.

Nota 8: (aplicável à rodovia) estas telas finais, deverão conter as especificações do Manual do Sistema de Informação Centralizado (SIC) – Documentação Técnica – Integração, através do *link* <https://sic.anacom.pt/SIC/MenuFooter/Ajuda>, nomeadamente, a informação exigida na Matriz de objetos cadastrais e na Estrutura de dados – *Shapefile* deste manual.

Nota 9: (aplicável à ferrovia) para efeito de cadastro de instalação, deverá apresentar-se um cadastro completo com o inventário de toda a Infraestrutura de Caminho de Cabos (Condutas, Câmaras de Visita, Postes, etc.), respetivos Cabos Instalados, bem como os Pontos de Instalação (Edifícios, Salas, Armários, etc.), Esquema de Bastidores, Equipamentos (ODFs, Juntas de Ligação, Juntas de Derivação, Folgas, etc.) e suas respetivas ligações, conforme Anexo A.

6.5. Fase de período de garantia

UO promotora

- n) Contactar a IPT, sempre que no âmbito das empreitadas estiverem incluídas intervenções ao nível da infraestrutura ITTI subconcessionada, para proceder à integração de colaboradores no âmbito das Comissões de Receção Definitiva a esta referentes.

Nota 10: se apenas estiverem envolvidos novas ITTI, o envolvimento deverá ser da DAT, que poderá mandar, ou se fazer acompanhar pela IPT.

Nota 11: a UO promotora desta fase é aquela que estiver definida no procedimento que regula a transferência da obra do investimento para a manutenção/conservação.



6.6. Comunicação

Toda a comunicação trocada entre UO promotoras e a IPT, no âmbito dos procedimentos acima descritos, deverá ser do conhecimento da DAT.

6.7. Fase fiscalização/inspeção da rede ou conservação/ manutenção

UO operacional

Comunicar à IPT, via Xtranweb, o qual dará origem à abertura de TCK se, no decurso das atividades de fiscalização ou inspeção da rede a UO se confronte com danos na ITTI (ex. cedência do pavimento na projeção da vala, quebra de tampas ou aros, ou outras de idêntico tipo), tendo em vista a IPT proceder à sua avaliação e correção e, nos casos de policiamento, subsequente encaminhamento para a DCN via XTraWeb.

6.8. Procedimentos particulares para o CTR

6.8.1. Intervenção a pedido da IPT

IPT

- a) Caso a IPT não tenha capacidade para fazer a correção referida em 6.7., deverá, desse facto dar conhecimento à DRR (áreas operacionais), solicitando que a mesma execute as intervenções necessárias, mantendo um registo atualizado dos custos e meios envolvidos, tendo em vista tratamento a posteriori, ao nível de ressarcimento da IP.

RR-CT

- b) Assegurar, através da Fiscalização da Rede, a agregação desta informação, assim como a sua remessa a DCN, tendo em vista a sua adequada tramitação.

Nota 11: a IPT desenvolve procedimentos que lhe permitam progressivamente ter maior autonomia nas intervenções de reparação do CTR. Estas intervenções, ao nível do CTR, desenvolvidas pela IPT, serão sempre previamente comunicadas e articuladas com as áreas operacionais da DRR, na pessoa dos respetivos Diretores (canal institucional).



6.8.2. Fiscalização de obras a processos de autorização de construção de infraestruturas de CTR, período de garantia e vistorias provisórias e definitivas

IPT

Solicitar, relativamente aos processos de licenciamento de construção de infraestruturas de CTR, a articulação entre a DCN e a DRR para a realização conjunta das vistorias provisórias e definitivas tendo em vista a definição das datas para os períodos de garantia e a correta realização dos respetivos trabalhos.

6.8.3. Atuação de construção de CTR por parte de operadores em fase de autorização

DRR

Indicar, a pedido da IPT, nos casos de construção e/ ou reparação de CTR que interfira com a Rede Rodoviária Nacional e, conseqüente, autorização da mesma pela DCN, um ou mais colaborador(es) para integrar a equipa de fiscalização dos referidos trabalhos, após a respetiva contratação de empreitada para o efeito.

Nota 12: entende-se aqui por Especificação Técnica, o conjunto de elementos necessários à contratação e realização de uma determinada empreitada de telecomunicações gerida pela IPT.

6.9. Procedimentos particulares para o CTR – PPP rodoviárias

Todos os pedidos de licenciamento que interfiram com o CTR, existente ou previsto instalar, na rede subconcessionada, devem ser remetidos à DCO para emissão de parecer.

Caso a intervenção exija a elaboração de um CIT, conforme disposto nos Contratos de Subconcessões Rodoviárias, terá o parecer final do licenciamento de referir essa necessidade e indicar o contacto da subconcessionária, para que o Requerente a possa contactar.

A IPT dá conhecimento à DCO da emissão do licenciamento, para efeitos de comunicação à Subconcessionária.

Previamente ao início das obras, será estabelecido um CIT, a consensualizar entre a Subconcessionária e o Requerente, no qual serão estabelecidos os meios de



realização e manutenção das instalações, por acordo direto entre o Requerente e a Subconcessionária, cuja minuta é aprovada pela DCO, no âmbito da gestão dos Contratos de Subconcessão de PPP.



Anexo A – Normas para execução do cadastro de telecomunicações



1. INTRODUÇÃO

O presente documento visa estabelecer um conjunto de normas que doravante os adjudicatários deverão apresentar à IP Telecom no âmbito da execução do Cadastro de Telecomunicações.

O documento define os elementos a apresentar pelo adjudicatário, especificando, através de uma matriz, os objetos cadastrais a ter em conta na elaboração do Cadastro de Telecomunicações, bem como o Sistema de Coordenadas.

É da responsabilidade do adjudicatário todo o carregamento de dados referentes à instalação.

2. ELEMENTOS A APRESENTAR À IP TELECOM

O adjudicatário, para efeito de cadastro de instalação, deverá apresentar um cadastro completo com o inventário de toda a Infraestrutura de Caminho de Cabos (Condutas, Câmaras de Visita, Postes, etc.), respetivos Cabos Instalados, bem como os Pontos de Instalação (Edifícios, Salas, Armários, etc.), Esquema de Bastidores, Equipamentos (ODF's, Juntas de Ligação, Juntas de Derivação, Folgas, etc.) e suas respetivas ligações.

Este inventário deverá ser produzido em suporte informático e apresentado nos seguintes formatos:

- a) Formato Digital DWG e/ou Shapefile para Infraestrutura de Caminhos de Cabos; Pontos de Instalação; Equipamentos de Cabo e outros Pontos Notáveis.
- b) Excel onde deverão constar os elementos definidos na Matriz de Objetos Cadastrais.
- c) Ficheiro Excel e/ou PDF com o Esquema de ligação Juntas e ODF's
- d) PDF com planta do (s) cabo (s) e furo (s) da (s) conduta onde os cabos foram instalado (s) e/ou removido (s).

3. MATRIZ DE OBJETOS CADASTRAIS

A Matriz de Objetos Cadastrais define o tipo de objetos de cadastro e respetivos elementos de caracterização do objeto (atributos) e consoante estes têm um carácter Obrigatório (OBR), Opcional (OPC) ou Não Aplicável (NAP).



Atributos de Caracterização Tipo de Infraestruturas		Objetos Cadastrais										
		Armário	Cabo	Câmara de Visita	Troço de Conduta	Troço Aéreo	Edifício Técnico	Galeria Técnica	Poste	Torre	Equipamento de Cabo	Equipamentos
LOCALIZAÇÃO	Linha	OBR	OBR	OBR	OBR	OBR	OBR	OBR	OBR	OBR	OBR	OBR
	Segmento	OBR	OBR	OBR	OBR	OBR	OBR	OBR	OBR	OBR	OBR	OBR
	Dependência	OBR	OBR	OBR	OBR	OBR	OBR	OBR	OBR	OBR	OBR	OBR
	Ponto Quilométrico (PK)	OBR	OBR	OBR	OBR	OBR	OBR	OBR	OBR	OBR	OBR	OBR
	Via	OBR	OBR	OBR	OBR	OBR	OBR	OBR	OBR	OBR	OBR	NAP
	Distância à Via	OBR	OBR	OBR	OBR	NAP	NAP	NAP	OBR	OBR	NAP	NAP
	Profundidade	NAP	OBR	OBR	OBR	NAP	NAP	NAP	NAP	NAP	NAP	NAP
	Distrito	OBR	OBR	OBR	OBR	OBR	OBR	OBR	OBR	OBR	OBR	OBR
	Concelho	OBR	OBR	OBR	OBR	OBR	OBR	OBR	OBR	OBR	OBR	OBR
	Freguesia	OBR	OBR	OBR	OBR	OBR	OBR	OBR	OBR	OBR	OBR	OBR
	Arruamento	OPC	OBR	OPC	OPC	OPC	OBR	OPC	OPC	OPC	OPC	OPC
	N.º de Policia	OPC	OPC	OPC	OPC	OPC	OBR	OPC	OPC	OPC	OPC	OPC
	Código Postal	OPC	OPC	OPC	OPC	OPC	OBR	OPC	OPC	OPC	OPC	OPC
Georreferenciação	Tipo	PONTO	LINHA	PONTO	LINHA	LINHA	PONTO	LINHA	PONTO	PONTO	PONTO	PONTO
	Sistema de Coordenadas	OBR	OBR	OBR	OBR	OBR	OBR	OBR	OBR	OBR	OBR	OBR
	Coordenadas	OBR	OBR	OBR	OBR	OBR	OBR	OBR	OBR	OBR	OBR	OBR
Traçado	Subterrâneo	NAP	OBR	NAP	OBR	NAP	NAP	OBR	NAP	NAP	NAP	NAP
	Suspenso	NAP	OBR	NAP	NAP	NAP	NAP	NAP	OBR	OBR	NAP	NAP
	Aéreo	NAP	OBR	NAP	NAP	OBR	NAP	NAP	OBR	OBR	NAP	NAP
Caracterização de Elementos	Designação	NAP	OBR	NAP	NAP	NAP	OBR	NAP	NAP	NAP	NAP	NAP
	Código de Cores	NAP	OBR	NAP	NAP	NAP	NAP	NAP	NAP	NAP	NAP	NAP
	Tipo de Fibra (G652/G655)	NAP	OBR	NAP	NAP	NAP	NAP	NAP	NAP	NAP	NAP	NAP
	Comprimento Ótico	NAP	OBR	NAP	NAP	NAP	NAP	NAP	NAP	NAP	NAP	NAP
	N.º de Tubos	NAP	OBR	OBR	NAP	NAP	NAP	NAP	NAP	NAP	NAP	NAP
	N.º Fiadas	NAP	NAP	OBR	OBR	NAP	NAP	NAP	NAP	NAP	NAP	NAP
	N.º de Colunas	NAP	OBR	OBR	OBR	NAP	NAP	NAP	NAP	NAP	OBR	OPC
	Ocupação	OPC	NAP	OBR	OBR	NAP	NAP	NAP	NAP	NAP	NAP	NAP
	Estado Operacional	NAP	OBR	OBR	OBR	OBR	OPC	NAP	NAP	NAP	OBR	OPC
Dimensão	Diâmetro	NAP	NAP	OBR	OBR	NAP	NAP	OBR	NAP	NAP	NAP	NAP
	Comprimento	OBR	OBR	OBR	OBR	OBR	NAP	OBR	NAP	NAP	NAP	NAP
	Largura	OBR	NAP	OBR	NAP	NAP	NAP	NAP	NAP	NAP	NAP	NAP
	Altura	OBR	NAP	OBR	NAP	NAP	OPC	OBR	NAP	NAP	NAP	NAP
	Cota	NAP	NAP	NAP	NAP	OBR	NAP	NAP	OBR	OBR	NAP	NAP

OBR – Obrigatório;

OPC – Opcional;

NAP – Não Aplicável

Tabela 1 - Atributos de caraterização dos objetos cadastrais



4. SISTEMA DE COORDENADAS

Os dados devem ser apresentados no sistema de referência **PT – TM06/ETRS89 (EPSG: 3763)**, no seguimento das diretivas europeias e em consonância com as normas implementadas pelo organismo responsável pela execução da política de informação geográfica em Portugal.

5. ANEXOS

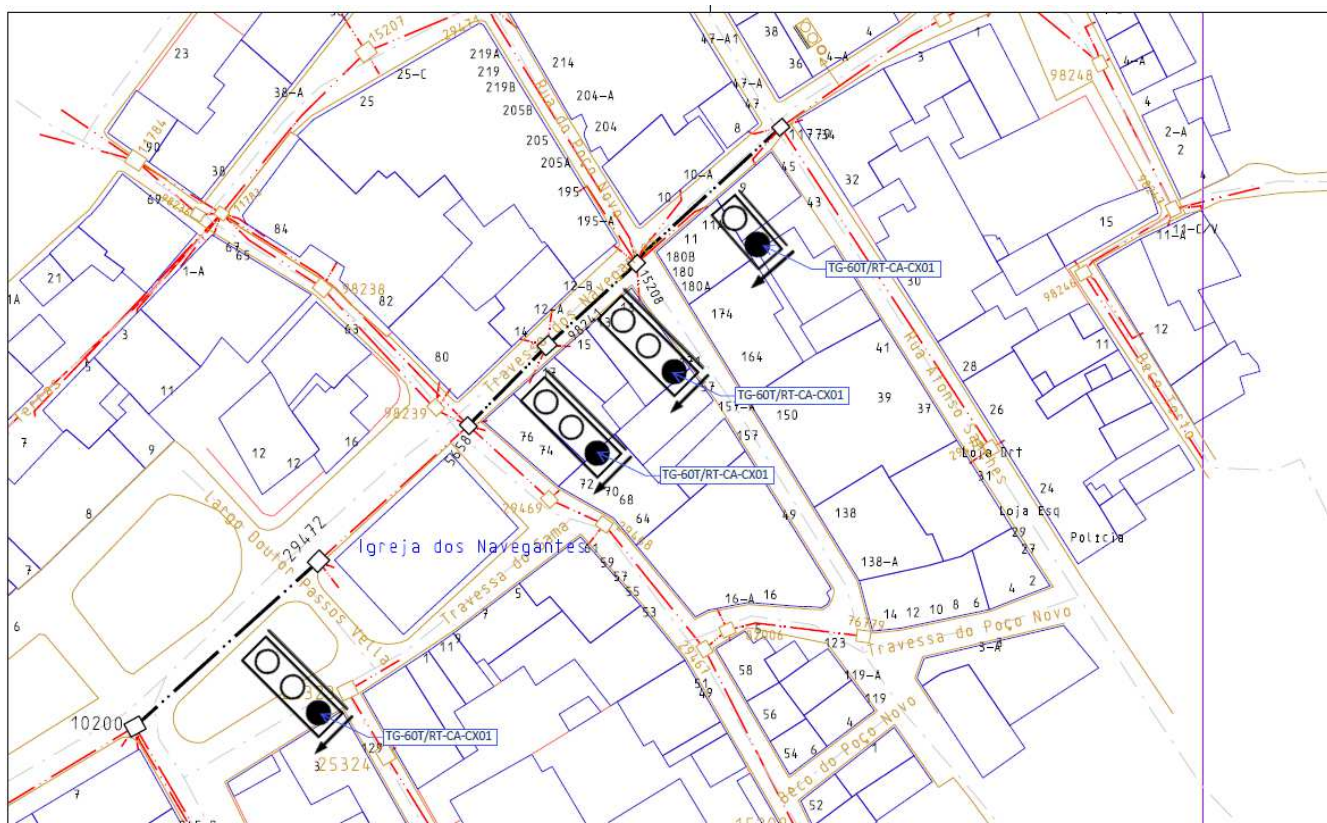


Figura 1- Exemplo de identificação do furo ocupado no espelho da CVP